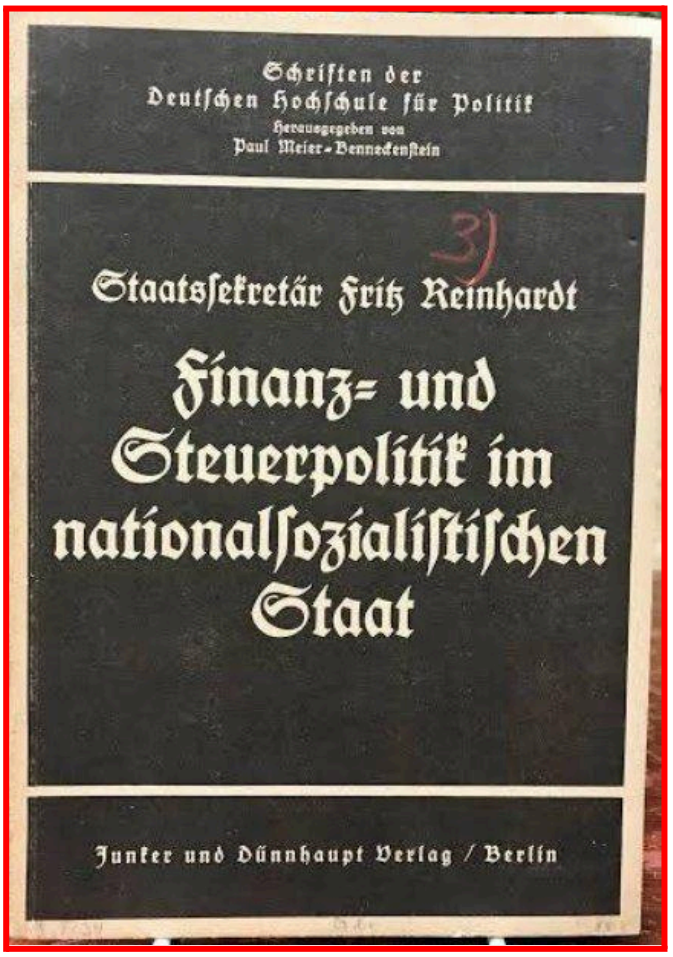
Finanças e Políticas Fiscais no Estado Nacional-Socialista

Do Original: Finanz- und Steuerpolitik im nationalsozialistischen Staat - 1934 Junker und Dünnhaupt Verlag/Berlin.



Enquanto houver pessoas desempregadas, a política financeira e tributária do novo Reich alemão tem como objetivo principal reduzir e, por fim, eliminar o desemprego. A redução do desemprego é o pré-requisito mais elementar para a recuperação das questões sociais, econômicas e financeiras de nosso povo. Nesse aspecto, o Estado de Adolf Hitler difere fundamentalmente do que era antes, do Estado, se quisermos usar a palavra "Estado", que não passava de uma soma de partidos. No Estado do partido, leis e decretos eram constantemente aprovados para introduzir novos impostos, aumentar as taxas dos impostos existentes e cortar salários e vencimentos. No Estado de Adolf Hitler, foram aprovadas leis para reduzir o desemprego!

A taxa de desemprego havia aumentado em cerca de 4 milhões entre o final de 1929 e o início de 1933, de 2 milhões para pouco mais de 6 milhões! Ela caiu em 2,3 milhões no primeiro ano de Hitler, de 6.013.000 em 31 de janeiro de 1933 para 3.774.000 em 31 de janeiro de 1934! E não há dúvida de que conseguiremos reduzir ainda mais a taxa de desemprego e praticamente eliminar o desemprego dentro de alguns anos!

A queda no desemprego se deve principalmente ao fato de que o Estado do partido foi substituído pelo Estado de Adolf Hitler. Esse evento político, a substituição do Estado do partido pelo Estado de Adolf Hitler, foi o pré-requisito para o início da recuperação das condições sociais, econômicas e financeiras de nosso povo.

A recuperação é acelerada e consolidada pelas medidas de política fiscal, tributária e do mercado de trabalho do governo. Todas essas medidas têm como objetivo aumentar a demanda por bens e serviços e, portanto, por mão de obra. Não há dúvida de que existe uma enorme demanda por bens e serviços na Alemanha que, do ponto de vista econômico, precisa ser atendida. A única coisa que importa é que essa necessidade leva à demanda e a demanda leva à mão de obra. Esse desenvolvimento natural estava faltando no Estado do partido porque esse Estado do partido não abrigava as pré-condições mais elementares necessárias para esse desenvolvimento natural.

Para que a necessidade leve à demanda e a demanda ao trabalho e, a partir daí, a uma nova necessidade, a uma nova demanda e a um novo trabalho, e para que o volante da economia seja acionado e permaneça em movimento, duas

pré-condições devem ser atendidas. Em primeiro lugar, a economia e as pessoas em todos os seus estratos devem ter confiança incondicional na liderança do Estado e, em segundo lugar, enquanto a economia ainda não estiver em pleno andamento, o Estado deve tomar medidas apropriadas para estimular o atendimento das necessidades existentes. Esses dois pré-requisitos não existiam no Estado do partido, mas estão presentes no Estado de Adolf Hitler. A economia e as pessoas em todos os seus estratos têm confiança na liderança do Estado, e as primeiras medidas importantes para estimular a cobertura da demanda estão sendo implementadas: política fiscal, política tributária e medidas de política do mercado de trabalho.

Entre as medidas de política financeira, as seguintes devem ser mencionadas em particular: a Lei de Criação de Empregos de 1º de junho de 1933 (essa é a Seção I da minha Grande Lei de Redução do Desemprego de 1º de junho de 1933); em seguida, a Lei sobre o Estabelecimento de uma "Companhia de Autoestradas do Reich" do final de junho de 1933; depois, a Lei de Reparo de Edifícios de 21 de setembro de 1933 e a Lei de Reestruturação da Dívida Municipal de 21 de setembro de 1933. A Lei de Criação de Empregos de 1º de junho de 1933 disponibilizou um bilhão de Reichsmark para a promoção do trabalho nacional. O financiamento foi fornecido principalmente para o trabalho dos estados federais, municípios, associações municipais e outros órgãos públicos. Trata-se de atender às necessidades que se acumularam na área de responsabilidade desses órgãos nos últimos anos e que, do ponto de vista econômico, precisam ser atendidas. O financiamento é realizado de tal forma que o Reich emite notas do tesouro trabalhista, com base nas quais os fornecedores de mão de obra podem sacar letras de câmbio, que são redescontadas pelo Reichsbank e resgatadas pelo Reich nos anos orçamentários de 1934 a 1938. O que foi utilizado até agora desse bilhão em mão de obra representa apenas uma fração do bilhão. 70 milhões do bilhão são contabilizados por tarefas que foram financiadas pelo Reich em dinheiro, como a emissão de cupons de cobertura de necessidades para as associações distritais de assistência social no início de dezembro do ano passado, com base nos quais as Associações Distritais de Bem-Estar Social deram roupas para a população carente; depois, 15 milhões para fins de assistência no inverno. Isso deixa 930 milhões. Desses 930 milhões, que são financiados por meio de instruções do tesouro trabalhista, apenas 112 milhões haviam sido pagos em 31 de janeiro de 1934, ou seja, letras de câmbio no valor de 112 milhões haviam sido sacadas. Isso significa que estamos

entrando no segundo ano, 1934, com um grande suprimento de mão de obra da Lei de Criação de Empregos de 1º de junho.

A segunda lei importante, a lei sobre o estabelecimento de uma empresa "Reichsautobahnen", contém os pré-requisitos para a criação de uma rede eficiente de autoestradas. Em 5 a 6 anos, serão construídos de 5.000 a 6.000 quilômetros de autoestradas, cerca de 1.000 quilômetros por ano.
A Lei de Reparos de Edifícios, de 21 de setembro de 1933, disponibilizou 500 milhões de marcos do Reich para a promoção de reparos, acréscimos e trabalhos semelhantes em edifícios. Os 500 milhões foram concedidos na forma de subsídios em dinheiro do Reich. Um subsídio em dinheiro de 20% será concedido para as despesas com reparos e acréscimos, e um subsídio de 50% para as despesas com a divisão de apartamentos e para a conversão de outros cômodos em apartamentos. A demanda por esses subsídios foi tão grande que o governo do Reich decidiu disponibilizar outra quantia para esse fim em meados de setembro. Dessa vez, no entanto, não foram apenas 50 ou 100 milhões, mas 500 milhões, a fim de obter um sucesso retumbante e atender amplamente à enorme demanda.

Há uma diferença significativa entre os 200 milhões anteriores e os 500 milhões de 21 de setembro de 1933. No passado, os subsídios só eram concedidos dentro da estrutura dos 200 milhões para o reparo de edifícios, para a divisão de apartamentos e para a conversão de outros cômodos em apartamentos; de acordo com a lei de 21 de setembro, os subsídios também são concedidos para despesas com acréscimos aos edifícios. O termo "reparo" se aplica se a despesa for incorrida para manter o valor do edifício (pintura, reboco etc.), o termo "acréscimo" se aplica se o valor do edifício for aumentado a longo prazo, por exemplo, com a instalação de aquecimento central, construção de paredes, instalação de janelas duplas etc. Esses acréscimos também são cobertos pela lei de 21 de setembro. Esses acréscimos também são subsidiados de acordo com a lei de 21 de setembro de 1933. Além disso: no âmbito dos 200 milhões, foram concedidos subsídios para as despesas com reparos em edifícios residenciais e edifícios agrícolas de empresas agrícolas; de acordo com a lei de 21 de setembro, também são concedidos subsídios para as despesas com reparos e acréscimos em edifícios ou partes de edifícios que servem a uma empresa comercial. No passado, eram concedidos subsídios de 50% para os custos de divisão de apartamentos e para a conversão de outros cômodos em

apartamentos; de acordo com a Lei de 21 de setembro, também são concedidos subsídios de 50% para determinados acréscimos e ampliações, em especial para ampliações destinadas a servir a propósitos civis de proteção contra ataques aéreos. De acordo com os 200 milhões anteriores, eram concedidos apenas subsídios em dinheiro de 20% ou 50%; de acordo com o programa de 21 de setembro de 1933, o Reich não apenas concede um subsídio em dinheiro de 20% ou 50%, mas também paga juros sobre o valor que o proprietário do edifício precisa levantar com fundos próprios ou emprestados a 4% ao ano por um período de 6 anos. O proprietário do edifício recebe não apenas os 20% ou 50% em dinheiro, mas também cupons de desconto de juros, seis cupons de desconto de juros para cada valor, cada um deles denominado em 4% do valor arrecadado pelo proprietário e que são resgatados pelo Reich (um em cada ano) nos exercícios financeiros de 1934 a 1939. A ação de 21 de setembro, portanto, significa que o Reich não só terá que gastar 500 milhões, mas também 60 milhões de cupons de juros por ano. Esses 500 milhões em dinheiro, mais o montante de auto-levantamento, levam a um volume total de negócios de cerca de 2 bilhões de Reichsmarks. O Reich pagará juros de 4% ao ano sobre o montante de 1,5 bilhão de auto-alimentação por um período de 6 anos. Isso significa uma carga de juros de 60 milhões de marcos por ano para o Reich. Isso representa outros 360 milhões para os 6 anos, de modo que a Lei de Manutenção de Edifícios de 21 de setembro resulta em uma despesa de cerca de 860 milhões para o Reich, distribuídos em um total de 6 anos!
Os 500 milhões! Inicialmente, havia círculos na Alemanha que pensavam que os 500 milhões nunca seriam totalmente utilizados. Meus caros concidadãos! Durante a última campanha eleitoral, eu sempre aconselhava os participantes de minhas reuniões a se apressarem, caso contrário, após algumas semanas, eles poderiam ouvir: "Tarde demais, não sobrou nada!" Os 500 milhões já foram completamente utilizados; desde 1º de fevereiro deste ano, não foram emitidos mais avisos de aprovação! Ficou comprovado que, quando há vontade, não é tão difícil quanto se acreditava inicialmente obter os 80%, 50%, 65% ou 40% restantes.

Os cupons de juros [Zinsvergütungsscheine] são emitidos ao portador. Eles são realizáveis. O proprietário do imóvel pode fazer o que quiser com eles. Ele pode dar os cupons de juros ao seu credor imediatamente como um pagamento antecipado de juros ou como uma garantia de juros de 4% ao ano por um período de 6 anos. No entanto, ele também pode manter os cupons de juros e

apresentá-los ao departamento fiscal para resgate nas datas de vencimento. Ele também pode vendê-los imediatamente, pode transformá-los em dinheiro imediatamente. Os cupons de desconto de juros para 80 por cento do montante de arrecadação própria rendem hoje um adiantamento em dinheiro de 15 a 17 por cento, de modo que a pessoa que vende os cupons de desconto de juros, que recebe pelo montante de 80% de arrecadação própria, recebe mais 15 por cento além dos 20 por cento em dinheiro, de modo que tem 35 por cento em dinheiro e só precisa adquirir 65 por cento em vez de 80 por cento em dinheiro.
Já está claro hoje que o programa de reparos de edifícios será um sucesso completo e retumbante. Preciso apenas destacar a enorme redução na taxa de desemprego em janeiro de 1934. Em janeiro de 1933, a taxa de desemprego havia aumentado em 240.000, mas em janeiro de 1934 ela caiu em 285.000! Isso representa uma melhora de 525.000 pessoas em janeiro de 1934 em comparação com janeiro de 1933, uma melhora de mais de meio milhão. As medidas que introduzimos durante a batalha trabalhista de inverno estão surtindo efeito aqui.

Há também a lei de reescalonamento da dívida municipal de 21 de setembro. O objetivo é aliviar os municípios que se tornaram ou estão ameaçados de se tornarem insolventes em decorrência de suas dívidas de curto prazo. Esses municípios podem oferecer a seus credores a conversão da dívida de curto prazo em uma dívida de longo prazo com juros de 4% e, a partir de 1936, reembolsável a 3% mais juros economizados. Se o credor aceitar essa oferta de reescalonamento da dívida, a associação de reescalonamento da dívida municipal se interpõe entre o credor e o município em dificuldades. A associação de reescalonamento da dívida municipal assume os juros e o resgate do título de longo prazo para o município em dificuldades, e essa associação de reescalonamento da dívida municipal tem a garantia da opção de juros e resgate em relação aos credores de reescalonamento da dívida pelo Reich. Portanto, o credor que aceita a oferta de reescalonamento da dívida não se depara mais com um município em dificuldades após o reescalonamento da dívida, mas com a associação de reescalonamento da dívida municipal com opções de juros e reembolso garantidas pelo Reich. Os credores que não aceitarem a oferta de reescalonamento da dívida devem inevitavelmente permanecer em silêncio por um período de 5 anos com juros e reivindicações de resgate de sua dívida. A maioria dos credores de municípios em dificuldades aceita naturalmente a oferta de reescalonamento da dívida. A associação de reescalonamento de dívidas

municipais coleta os valores necessários para pagar os juros e reembolsar as quantias reescalonadas dos municípios.

A dívida municipal aumentou em 10 bilhões entre 1924 e meados de 1933. Desses 10 bilhões, pouco mais de 2 bilhões são dívidas de curto prazo. Por dívidas de curto prazo entendemos aquelas que já venceram ou que vencerão até 31 de março de 1935, no máximo. A opção de reescalonamento da dívida criada pela Lei de Reescalonamento da Dívida Municipal aplica-se a esses pouco mais de 2 bilhões. Para os municípios, o reescalonamento da dívida significa uma liberação da pressão dos vencimentos de curto prazo, totalizando cerca de 2 bilhões, e uma redução em seus pagamentos anuais de juros em cerca de 50 a 70 milhões; anteriormente, as taxas de juros eram de 7% e, às vezes, até mais; após o reescalonamento da dívida, elas serão de apenas 4% ao ano.
A Lei de Reestruturação da Dívida Municipal tem o objetivo de permitir que os municípios coloquem seus orçamentos em ordem até certo ponto e, então, possam atuar como clientes naturais da indústria, do comércio e do artesanato mais do que tem sido possível nos últimos anos. Sob esse ponto de vista, a Lei de Reestruturação da Dívida Municipal, de 21 de setembro, também é uma medida para reduzir o desemprego, uma medida que visa (esse é o objetivo) permitir que os municípios apareçam novamente, mais do que antes, como clientes naturais da indústria, do comércio e do artesanato. Agora, vamos às medidas de política tributária.

Primeiro vem a Lei do Imposto sobre Veículos Automotores de 10 de abril de 1933, segundo a qual todos os carros de passeio registrados pela primeira vez após 31 de março de 1933 estão isentos do imposto sobre veículos automotores, completamente isentos do imposto sobre veículos automotores! O plano original era isentar apenas veículos motorizados pequenos do imposto sobre veículos motorizados, e somente nas mãos do primeiro comprador. No entanto, decidiu-se então tornar todos os carros de passeio isentos de impostos, e não apenas nas mãos do primeiro comprador, mas também nas mãos de todos os proprietários subsequentes, de modo que todos os carros de passeio registrados pela primeira vez depois de 31 de março de 1933 estão isentos de impostos rodoviários para sempre! A consequência dessa medida radical é que, em poucos meses, o número de veículos motorizados produzidos na Alemanha e o número de pessoas empregadas no setor de veículos motorizados na Alemanha dobraram! O resultado: por um lado, uma redução nas exigências financeiras do

auxílio-desemprego (várias pessoas desempregadas retornaram aos locais de produção) e, do lado da receita, uma melhoria na arrecadação de impostos, taxas e contribuições para a seguridade social como resultado do aumento das vendas, do aumento da renda e do aumento do consumo. Em seguida, houve a Lei de Substituição do Imposto sobre Veículos Automotores, de 31 de maio. Essa lei permitiu que os proprietários de carros antigos pagassem um valor único para resgatar o imposto sobre veículos automotores devido a cada carro antigo. Esse resgate foi utilizado de forma muito ativa. Cerca de 55 milhões de euros foram arrecadados com o resgate do imposto sobre veículos. Após a dedução de 4% dos custos administrativos, esse valor foi disponibilizado para os Estados federais no ano fiscal de 1933 para fins de manutenção e construção de estradas, mais do que teria sido o caso sem ele. Essa medida também foi decidida e implementada com a ideia de reduzir o desemprego. Mais 50 milhões de euros estavam disponíveis para fins de construção e manutenção de estradas.
Em seguida, a lei sobre isenção de impostos para compras de reposição. Essa é a Seção II da Lei para Redução do Desemprego de 1º de junho de 1933. Quando examinamos as instalações da empresa, encontramos máquinas antigas, ferramentas antigas, equipamentos antigos que normalmente deveriam ter sido substituídos há muito tempo. Eles não foram substituídos nos últimos anos. Por quê? O empresário disse a si mesmo: "Os pedidos que chegam estão caindo cada vez mais; as oportunidades de emprego estão diminuindo; não há esperança de que as coisas melhorem novamente. Portanto, vou continuar com as máquinas, ferramentas, equipamentos, etc. antigos enquanto puder". Não havia nenhuma aquisição para substituição! E do outro lado? Nos setores de máquinas, equipamentos e ferramentas, que dependem dessas compras de reposição, as oportunidades de emprego continuaram a diminuir e, como resultado, o desemprego continuou a aumentar. De um lado, itens que precisam ser substituídos, do outro, um exército de desempregados! Na primavera passada, dissemos ao empresário: "Agora vamos sair dessa restrição! Agora você pode ver, caro empresário, como a economia está se recuperando lenta mas seguramente! Agora você pode esperar que sua carteira de pedidos, seus pedidos recebidos, continuem a crescer. Agora, substitua os itens que precisam ser substituídos! Agora, coloque em dia as substituições que você deixou de comprar nos últimos anos! Nós o incentivamos especialmente, empresário, permitindo que você deduza totalmente as despesas com o novo item de sua renda tributável no ano da substituição. Isso significa que você não precisa capitalizar o ativo integralmente e depois distribuir a depreciação ao longo de

sua vida útil. Não, você pode deduzir o valor total da despesa com o novo item de sua renda tributável no ano da substituição. Veja, é assim que nós o ajudamos!" - A consequência dessa lei sobre isenção de impostos para compras de reposição é que os empresários de todo o mundo estão começando a substituir um item após o outro, para compensar as substituições que deixaram de fazer nos últimos anos e que, por outro lado, o nível de emprego no setor de máquinas, equipamentos e ferramentas está aumentando mês a mês.
Há também a lei sobre redução de impostos de 15 de julho de 1933, em particular o § 1, que ainda está em vigor hoje, segundo o qual o empresário que gasta valores em reparos ou acréscimos em seus edifícios que servem a um negócio comercial pode deduzir 10% dessas despesas de sua obrigação fiscal. Ele recebe uma redução em sua obrigação tributária de 10% das despesas com reparos ou acréscimos em prédios ou partes de prédios usados para operações comerciais. O empresário também recebe essa redução de sua obrigação tributária em 10% das despesas com reparos ou acréscimos se tiver usado a Lei de Reparos de Edifícios de 21 de setembro de 1933. Portanto, ele tem uma dupla vantagem se fizer os reparos ou acréscimos agora. Em primeiro lugar, ele recebe o subsídio em dinheiro e os cupons de subsídio de juros e, em seguida, pode reduzir seu imposto de renda ou imposto de renda de pessoa jurídica em 10% das despesas com reparos ou acréscimos ao edifício ou parte do edifício que serve a um negócio comercial. Entretanto, a redução da obrigação tributária em 10% das despesas está sujeita à condição de que a folha de pagamento da empresa no período fiscal atual exceda a folha de pagamento do período fiscal imediatamente anterior no valor para o qual a redução tributária é solicitada.
Em seguida, as leis de redução de impostos de 21 de setembro. Redução do imposto sobre vendas agrícolas de 2 para 1 por cento, redução do imposto sobre propriedade agrícola em 25 por cento, de modo que o imposto estadual sobre propriedade agrícola é completamente ou quase eliminado.

Em seguida, redução do imposto sobre a propriedade para edifícios construídos entre 1924 e 1930.

Depois, isenções fiscais para apartamentos pequenos recém-construídos e casas ocupadas pelos proprietários. De acordo com a portaria de 1º de dezembro de 1930, os prédios residenciais recém-construídos, tanto pequenos quanto grandes, eram isentos de imposto de renda, imposto sobre as sociedades, IVA, imposto sobre a propriedade e taxa de contribuição. Essa portaria de 1º de

dezembro de 1930 expira em 1º de maio de 1934. De acordo com a lei de 21 de setembro de 1933, a isenção de impostos também será concedida no futuro para edifícios recém-construídos, mas não mais para todos os edifícios, apenas para a construção de pequenos apartamentos e casas ocupadas pelo proprietário. Existem apartamentos grandes em número suficiente. Seria economicamente errado continuar a subsidiar a construção de apartamentos grandes. De acordo com a lei de 21 de setembro, a construção de apartamentos pequenos e casas ocupadas pelos proprietários é promovida. Os regulamentos de isenção de impostos se aplicam a apartamentos pequenos construídos em 1934 e 1935 até o final de 1938 e a casas ocupadas pelos proprietários construídas entre 1934 e 1938 até 1943.
A consequência disso é que um número muito grande de pequenos apartamentos e casas ocupadas pelos proprietários provavelmente será construído em 1934 e nos próximos anos, especialmente pequenos apartamentos como resultado da lei para promover casamentos, sobre a qual falarei mais tarde, e que o trabalho será constantemente criado não apenas pelas construções, mas também pelos reparos e acréscimos que terão de ser constantemente realizados nos novos pequenos apartamentos e nas novas casas ocupadas pelos proprietários.

Um decreto circular emitido pelo Ministro das Finanças do Reich em 28 de novembro de 1933 também incluiu as dívidas fiscais pendentes na luta para reduzir o desemprego. Qualquer pessoa que estivesse em atraso com os impostos do período anterior a 1º de janeiro de 1933 poderia solicitar à sua repartição fiscal até 31 de dezembro de 1933 a anulação de seus impostos atrasados, desde que o contribuinte fizesse reparos ou acréscimos em seus imóveis até 31 de março de 1934 no valor dos impostos atrasados a serem anulados ou fizesse compras de reposição de acordo com a lei sobre isenção de impostos para compras de reposição de 1º de junho de 1933. Essa opção de usar os impostos atrasados na luta para reduzir o desemprego tem sido amplamente utilizada. Os senhores devem estar convencidos de que essa medida também é uma das razões para a enorme queda na taxa de desemprego em janeiro de 1934. O efeito também se estenderá aos próximos meses, agora em fevereiro e depois em março e abril. Essa concessão para usar os valores de impostos atrasados para reparos, acréscimos ou compras de reposição foi, obviamente, concedida apenas aos contribuintes para os quais ficou claro que os atrasos não se deviam a dolo ou negligência, mas apenas à incapacidade do contribuinte de pagar esses valores atrasados no prazo.

É necessário chamar expressamente a atenção de nossos concidadãos para o fato de que essa medida de 28 de novembro de 1933, relativa à liquidação de impostos atrasados, foi uma medida única! Uma medida que nunca mais será repetida! Pode ser que um ou outro contribuinte pense em ficar em atraso, em não pagar os impostos em 1934 e esperar que, no final de 1934, esse decreto seja publicado novamente, ou seja, com relação à liquidação de impostos atrasados do período anterior a 1º de janeiro de 1934. O decreto de 28 de novembro de 1933 foi uma medida única que não será repetida em nenhuma circunstância!

Há também contribuintes que acreditam que essa circular de 28 de novembro de 1933, referente à liquidação de impostos atrasados, é uma injustiça com aqueles que pagaram seus impostos em dia. Eles agora estão exigindo que aqueles que pagarem seus impostos em dia no futuro sejam isentos do pagamento de uma parcela trimestral se fizerem reparos, acréscimos ou substituições no valor dessa parcela trimestral. Falar de "injustiça" nesse caso é completamente errado. Aqueles que conseguiram pagar seus impostos em dia devem ficar felizes por sua situação econômica ser tal que lhes permitiu pagar seus impostos em dia! E podem ter certeza de que nossas autoridades fiscais foram muito cuidadosas ao verificar se os atrasos se devem a dolo ou negligência ou, na verdade, à incapacidade econômica da pessoa em questão de pagar. Nem todas as solicitações de liquidação de impostos atrasados recebidas pelos escritórios fiscais foram concedidas. Algumas solicitações foram rejeitadas pelas repartições fiscais. As pessoas que conseguiram pagar em dia devem se alegrar com o fato de que sua situação financeira tornou isso possível. E renunciar a um quarto do imposto se eles fizerem reparos, acréscimos ou substituições no valor dessa quantia seria financiar a criação de empregos privados com recursos do orçamento público! Dada a situação dos orçamentos públicos, isso não é possível, mesmo com toda a boa vontade do mundo.

Em seguida, um decreto circular de 10 de outubro de 1933 referente a despesas para fins de defesa aérea civil. De acordo com essa circular de 10 de outubro de 1933, as despesas incorridas para fins de defesa aérea civil podem ser totalmente deduzidas do lucro tributável no ano em que forem incorridas, mesmo que as despesas criem ativos permanentes que, na verdade, deveriam ser capitalizados, com a ressalva de que o uso agora teria de ser amortizado. Estou

pensando aqui, em particular, em extensões e edifícios destinados a servir a propósitos de defesa aérea civil. As despesas para isso podem ser totalmente deduzidas da renda tributável da seção fiscal em que foram incorridas. Também é uma medida na luta para reduzir o desemprego!

Em seguida, penso no decreto de 30 de novembro de 1933 sobre a isenção de impostos para presentes de Natal. Esse decreto provavelmente também contribuiu para o reavivamento que vimos nas últimas semanas.

Em seguida, um decreto datado de 27 de janeiro de 1934 referente às despesas incorridas para fins do serviço médico civil em empresas industriais e de manufatura. As despesas incorridas para fins do serviço médico civil em empresas industriais e de manufatura também podem ser totalmente deduzidas da renda tributável. Isso se aplica, em particular, a ambulâncias, kits de primeiros socorros para veículos motorizados, tendas de primeiros socorros, mochilas de primeiros socorros, bolsas de primeiros socorros e outros equipamentos de primeiros socorros de fábrica, especialmente em empresas industriais e outras com uma grande força de trabalho.

Como você pode ver, quase todo empresário tem a oportunidade de tornar sua renda amplamente isenta de imposto de renda. Tudo o que eles precisam fazer é gastar as quantias apropriadas na luta para reduzir o desemprego, de acordo com as circulares e leis existentes. Portanto, não podemos esperar um grande imposto de renda para o ano de 1934. Quando a avaliação for feita em 1935 para o ano de 1934, provavelmente descobriremos que não será necessário avaliar um valor maior para 1934 do que para 1933, porque grandes quantidades de renda terão sido usadas pelos contribuintes para fins de criação de empregos. E agora as medidas de política do mercado de trabalho.
Essas medidas incluem, em particular, a lei sobre a transferência de trabalhadoras para o serviço doméstico e a lei sobre a promoção de casamentos de 1º de junho de 1933, ambas parte de minha principal lei para reduzir o desemprego.

A lei sobre a transferência de mão de obra feminina para a economia doméstica favorece o emprego de empregadas domésticas no imposto de renda daqueles que as empregam. A empregada doméstica é considerada um filho menor no cálculo do salário-família. Exemplo: Marido, esposa, dois filhos e uma

empregada doméstica. O salário-família é calculado com base na esposa e nos três filhos! Três filhos porque a empregada doméstica conta como o terceiro filho. Como resultado dessa medida, o número de empregadas domésticas aumentou em cerca de 100.000 entre meados de 1933 e o final de 1933.
Em seguida, a lei para promover casamentos de 1º de junho. Há muitos jovens na Alemanha que querem se casar, que estão em idade de casar e que já teriam se casado há muito tempo se tivessem os meios necessários para montar uma casa modesta, um pequeno apartamento.

O Ministério das Finanças do Reich tem pena dessas pessoas que estão em idade de se casar e ansiosas para se casar! Em maio do ano passado, quando aprovamos a grande lei para reduzir o desemprego, dissemos a nós mesmos: "Precisamos ajudar esses jovens, precisamos permitir que eles construam suas próprias casas para que possam se casar e, se possível, suas futuras esposas possam, ao mesmo tempo, conseguir um emprego na economia! De acordo com a lei para a promoção de casamentos, concedemos um empréstimo matrimonial aos rapazes e às moças que desejam se casar, se a futura esposa tiver pertencido anteriormente à força de trabalho e se comprometer a deixar a força de trabalho por ocasião do casamento. O pré-requisito é que o mercado de trabalho esteja aliviado! Nós levantamos os fundos para a concessão dos empréstimos matrimoniais cobrando um subsídio matrimonial de todos os homens e mulheres solteiros. Não estamos falando de um "imposto sobre pessoas solteiras" ou de um "imposto sobre pessoas solteiras"! Não se trata de um "imposto", nem de uma "taxa", mas de um auxílio de pessoas solteiras para aquelas que estão prontas para se casar e que devem ser ajudadas a se casar. A assistência matrimonial tem sido cobrada desde 1º de julho do ano passado, e os empréstimos matrimoniais têm sido concedidos desde 1º de agosto de 1933, ou seja, há seis meses.

Nesses seis meses, de agosto de 1933 a janeiro de 1934, concedemos 183.000 empréstimos matrimoniais. 183.000 em seis meses! Esperávamos 20.000 por mês desde o início, mas agora o número é de pouco mais de 30.000 por mês. Em janeiro, o número foi de 34.259! O aumento em janeiro foi muito maior do que em dezembro. Como resultado, o valor teve de ser temporariamente fixado em 500 marcos. O valor médio nos seis meses de agosto a janeiro foi de 630 marcos. Para atender à demanda futura, somos obrigados a reduzir o valor médio para 500 marcos até segunda ordem. Além disso, a isenção de impostos é

concedida para os subsídios de casamento que os empregadores dão às suas funcionárias se a funcionária deixar a empresa e se casar. Isso significa, por exemplo, que o empregador concede à funcionária uma indenização de casamento de 300 marcos. De qualquer forma, o empregador pode deduzir esses 300 marcos de sua renda tributável, que permanece isenta de imposto de renda para ele. Além disso, esses 300 marcos permanecem isentos de imposto de renda, auxílio-matrimônio e auxílio-desemprego se o casamento for comprovado dentro de um mês após a saída da empresa por meio de uma certidão do cartório. Isso incentivará os empregadores a acrescentar cerca de 200, 300 ou 400 marcos aos cerca de 500 marcos de auxílio-matrimônio que os funcionários só podem receber por enquanto. Esperamos que os empregadores na Alemanha façam um uso muito ativo dessa sugestão.

Foram 183.000 em 6 meses! Isso representa um alívio do mercado de trabalho em 183.000 nesses seis meses! Nesses seis meses, tiramos 183.000 mulheres prontas para o casamento do mercado de trabalho e as levamos para o casamento. Essas mulheres liberaram 183.000 empregos. Ao mesmo tempo, o número de empregados nos setores de móveis, eletrodomésticos e similares provavelmente também aumentou em 150.000 a 180.000, de modo que, como resultado de nossa lei para promover casamentos, provavelmente aliviamos o mercado de trabalho em 300.000 a 350.000 nos meses de agosto de 1933 a janeiro de 1934. 300.000 a 350.000! Esse é o número da redução do desemprego atribuível exclusivamente ao efeito da Lei de Promoção do Casamento.

No futuro, concederemos de 200.000 a 250.000, cerca de 250.000 empréstimos matrimoniais por ano, 20.000 por mês. Temos que baixar para 20.000 se os fundos não fluírem mais livremente, para que possamos dar grandes quantias. 20.000 por mês, 240.000 por ano. Se presumirmos que 40.000 a 50.000 dessas pessoas se casariam mesmo sem um empréstimo matrimonial, isso significa 200.000 casamentos a mais por ano em comparação com a situação atual. Mais 200.000 casamentos serão celebrados a cada ano como resultado de nossa lei para promover casamentos. Continuaremos a conceder empréstimos para casamento enquanto houver mulheres na força de trabalho da Alemanha que estejam prontas para se casar! O número de mulheres empregadas atualmente ainda é de quase 6 milhões. Será possível reduzir esse número para 3 milhões em alguns anos! E só isso já aliviará o mercado de trabalho em 3 milhões!

200.000 por ano! O alívio para o mercado de trabalho até dobrará no primeiro ano, porque o número de funcionários nos setores de móveis, eletrodomésticos e similares aumentará. O alívio para o mercado de trabalho chega a 400.000 no primeiro ano, mais 200.000 no segundo, um total de 600.000, 200.000 no terceiro, um total de 800.000, 200.000 no quarto, um total de 1 milhão. Portanto, em 4 anos, teremos aliviado o mercado de trabalho em 1 milhão como resultado apenas da lei para promover casamentos!

O que isso significa para o seguro-desemprego? Aliviar o mercado de trabalho em 400.000 no primeiro ano significa aliviar o auxílio-desemprego em cerca de 200 milhões; aliviar o mercado de trabalho em mais 200.000 em cada ano subsequente significa aliviar o auxílio-desemprego em mais 100 milhões de cada vez, de modo que no primeiro ano teremos que pagar 200 milhões, no segundo ano 300 milhões, no terceiro ano 400 milhões e no quarto ano cerca de 500 milhões a menos de auxílio-desemprego do que já pagamos! E, por outro lado, a melhoria nas receitas de impostos, taxas e contribuições para a seguridade social como resultado do aumento das vendas, do aumento da renda e do aumento do consumo.

Os empréstimos para casamento são concedidos sem juros. Eles devem ser pagos em parcelas mensais de 1% do valor do empréstimo. Portanto, se você receber um empréstimo de 800 marcos, terá de pagar 8 marcos por mês. O período normal de pagamento é de 8 anos e 4 meses a 1% ao mês. Se o primeiro menino ou menina nascer vivo após 9 meses, o valor do empréstimo elegível para pagamento será reduzido em 25%. Para cada filho adicional, o valor original do empréstimo será reduzido em mais 25%.

Essa lei para a transferência de mão de obra feminina para a economia doméstica e a lei para a promoção de casamentos não são as medidas usuais de criação de empregos, não se trata apenas de uma faísca inicial, destinada a fazer o motor da economia funcionar, não, não se trata apenas de um meio artificial de reduzir o desemprego, não se trata de algo temporário e transitório, mas de algo permanente, uma redistribuição em larga escala de nossas mulheres alemãs em termos de mercado de trabalho e política populacional. Essa redistribuição de nossas mulheres alemãs, por si só, levará a uma redução significativa da taxa de desemprego e a uma revitalização em todas as áreas da economia alemã.

As medidas que já estão em andamento na luta para reduzir o desemprego incluem uma oferta de mão de obra para 1934 que é pelo menos o dobro da quantidade de trabalho realizado em 1933 em comparação com 1932. Portanto, não temos motivo para nos preocupar! Essas medidas, por si só, são suficientes para reduzir o número de desempregados registrados estatisticamente para 2 milhões no decorrer deste ano.

Mas essas não são as únicas medidas para 1934; são apenas aquelas que, com exceção da redução do imposto sobre o auxílio-desemprego, já foram finalizadas. Além disso, provavelmente haverá outras medidas que nascerão e serão implementadas nas próximas semanas e meses.

Todas essas medidas serão complementadas pela medida geral para a recuperação da economia e das finanças, que consistirá na reforma tributária. No decorrer deste ano, implementaremos uma simplificação fundamental de todo o sistema tributário da Alemanha! O objetivo da reforma tributária é: em primeiro lugar, realizar uma simplificação fundamental de todo o sistema tributário e revestir as leis em uma linguagem que todos os cidadãos possam entender. Em segundo lugar, introduzir uma redução geral na carga tributária sobre a produção, o consumo e a propriedade. A complexidade da legislação tributária será encerrada em 1934! Com a multiplicidade de impostos no decorrer de alguns anos!

No que diz respeito à redução dos números, darei apenas dois exemplos. O imposto dos cidadãos, que atualmente é cobrado pelos municípios, desaparecerá como parte da reorganização do imposto de renda. O imposto municipal sobre a cerveja talvez seja fundido com o imposto sobre a cerveja do Reich como parte da reforma tributária, de modo que haverá apenas um imposto sobre a cerveja. Esses são apenas dois exemplos. É assim que simplificaremos todo o nosso sistema tributário na Alemanha. A lei de 30 de janeiro de 1934 chegará até nós como um presente dos céus e, obviamente, fundiremos as administrações tributárias estaduais com a administração tributária do Reich.
Novamente, a primeira coisa a se pensar será o imposto sobre o abate, que preferiríamos que desaparecesse completamente, mas que ainda temos de cobrar por enquanto, pois, caso contrário, haveria um buraco muito grande nos orçamentos dos estados federais. Atualmente, o imposto sobre o abate é cobrado em cada país de acordo com características diferentes e com alíquotas

diferentes. Na verdade, é até permitido em um país o que é proibido em outros. A diversidade na forma de cobrança e as diferenças legais substantivas nos impostos sobre o abate levaram, na verdade, ao restabelecimento das barreiras alfandegárias internas que foram removidas há 100 anos, quando a União Aduaneira Alemã foi fundada. É claro que esse absurdo será esclarecido primeiro.

As novas leis tributárias nascerão do espírito nacional-socialista. O imposto de renda, o imposto sobre a riqueza e o imposto sobre herança estarão muito alinhados com os princípios da política populacional do nacional-socialismo. A simplificação tributária levará a uma redução significativa dos custos administrativos. O valor economizado estará disponível para reduções de impostos. Os custos incorridos pelos contribuintes e empresários no cumprimento de suas obrigações de acordo com as leis tributárias existentes também serão significativamente menores porque os contribuintes e empresários não precisarão mais gastar tanto tempo e esforço para cumprir suas obrigações como antes.

A reforma tributária, que será introduzida este ano, será uma medida geral para melhorar a economia e as finanças. Essa reforma tributária levará a uma redução nos impostos e na carga tributária sobre a produção, o consumo e a propriedade. Agora, brevemente, sobre a situação financeira do Reich! A receita tributária de toda a administração pública do Reich, dos estados federais e dos municípios totalizou 13,5 bilhões em 1929. O Reich, os estados e os municípios, em impostos e taxas, totalizaram 13,5 bilhões! Agora você sabe o que aconteceu em 1930 e 1931 e, até certo ponto, também em 1932. Um aumento de imposto após o outro, um novo imposto após o outro! A arte dos que estavam no poder de 1930 a 1932 consistia essencialmente em aprovar novos impostos e aumentar as alíquotas dos impostos existentes. E toda vez que três ou quatro meses se passavam, verificava-se que a receita tributária não havia melhorado, mas que o rendimento das fontes de impostos havia diminuído a cada vez e que, como resultado, o buraco no orçamento não havia se tornado menor, mas maior a cada vez! Ele caiu catastroficamente!

Em 30 de janeiro de 1933, se quisermos falar de um "legado", o governo do Reich assumiu um legado composto por figuras catastróficas, mas com a determinação irreprimível de mudar fundamentalmente o destino do povo

alemão. E até mesmo o desenvolvimento no primeiro ano de Hitler - ninguém vai querer negar isso - se move em números que refletem uma melhora considerável na situação social, econômica e financeira de nosso povo. A taxa de desemprego caiu em 2,3 milhões no primeiro ano de Hitler. A receita do imposto de renda, do imposto sobre vendas, etc. não está mais caindo como nos anos anteriores, mas está aumentando de forma muito agradável. Nos anos anteriores, o número de impostos e as alíquotas dos impostos existentes foram aumentados e a receita tributária caiu catastroficamente. Concedemos concessões fiscais com o objetivo de criar empregos, e a receita tributária não está caindo, mas aumentando. Ela está aumentando apesar das concessões fiscais! No ano contábil de 1933, a receita tributária será cerca de 200 milhões maior do que em 1932. Em 1932, ela totalizou 6,6 bilhões e, em 1933, chegará a 6,8 bilhões. O ano de 1933 será o primeiro em muitos anos em que a receita tributária não ficará mais abaixo do orçamento, mas alcançará o orçamento e, provavelmente, até mesmo o excederá ligeiramente. Nos anos anteriores, a receita sempre ficou aquém do orçamento em um grau catastrófico. Ainda em 1932, a receita foi cerca de 800 milhões menor do que o orçado. No ano fiscal de 1933, a receita tributária não ficará abaixo do orçamento, mas alcançará o orçamento e, provavelmente, até mesmo o excederá ligeiramente. Em 1934, o cenário será ainda mais favorável. No caso do imposto sobre faturamento, veremos um aumento de pelo menos 200 milhões em relação a 1933. Está claro que o lado da receita continuará a aumentar de forma constante.
As receitas e despesas do Reich têm se equilibrado até o momento. As dificuldades de fluxo de caixa, das quais sempre ouvimos falar tanto no passado, não surgiram no ano fiscal atual e, com toda a probabilidade, também não surgirão no futuro.

O pré-requisito para o sucesso completo de nosso trabalho de recuperação da economia e das finanças é que todos os membros do povo liquidem os impostos atrasados existentes o mais rápido possível e paguem os impostos atuais o mais pontualmente possível.

O governo do Reich não tem intenção de descansar sobre os louros na luta pela recuperação social, econômica e financeira. As medidas que iniciamos no primeiro ano hitleriano são apenas a primeira parte de um grande plano geral, a primeira grande parte planejada para o primeiro ano hitleriano.

O governo do Reich está trabalhando incansavelmente para cumprir seu dever para com o povo como um todo e, portanto, para com a nação. O Führer criou as condições para o ressurgimento de nosso povo em todas as áreas. Ele traçou o caminho que devemos seguir e estabeleceu as diretrizes segundo as quais todas as medidas e todas as ações devem ser determinadas. Essas diretrizes podem ser resumidas no termo "espírito comunitário nacional". Se todos os camaradas do povo, honrando o espírito da verdadeira comunidade nacional, cumprirem seu dever dentro da estrutura dessas diretrizes, então poderemos olhar para o futuro com alegria e confiança!